

PPP: Barjas decidirá

4º Fórum e a gestão do lixo

Prefeito analisará se edital terá mudanças; ação civil pública pode ser apresentada

LUCIANA CARNEVALE

Da Gazeta de Piracicaba
luciana.carnevale@gazetadepiracicaba.com.br

Está nas mãos do prefeito de Piracicaba, Barjas Negri (PSDB), a decisão sobre a continuidade, ou não, do edital que consolida a Parceria Público-Privada (PPP) do Lixo, orçada em R\$ 700 milhões, para os próximos 20 anos. Caso o chefe do Executivo decida manter a licitação, e se manifeste, até no máximo a próxima terça-feira (31), em favor da iniciativa, será interposta uma ação civil pública, no Ministério Público Estadual, e em outros organismos da mesma esfera de Poder, contra a sequência da PPP. A suposta ação seria apresentada de forma individual.

A decisão foi anunciada no início da noite de ontem, ao final do 4º Fórum 'Gestão de Resíduos de Piracicaba', realizado no anfiteatro do Departamento de Química da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), sob a coordenação do presidente



Juiz João Carlos Cabrelon fala, durante o 4º Fórum, para uma plateia interessada, na Esalq

do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), Renato Morgado. A proposta de levar o caso à apreciação do prefeito foi anunciada pelo procurador-geral do município, Milton Sérgio Bissoli, e pelo secretário municipal de Defesa do Meio Ambiente, Rogério Vidal. A Parceria Público-Privada prevê gerenciamento amplo de todos os serviços que envolvem resíduos.

Ou seja: da coleta domiciliar, à reciclagem, até a inauguração de um novo Aterro Sanitário para a cidade, tudo está mencionado no edital, analisado, desde o início, à exaustão, por piracicabanos em geral, ambientalistas, pesquisadores e por membros de entidades locais.

O fato é que, sem um Aterro próprio e adequado, desde 2007, por todo o lixo produzido em Piracicaba - 9.091,5 mil toneladas, por mês -, a Prefeitura tem de pagar R\$ 2,2 milhões, por mês, desde então, para providenciar a coleta e a disposição dos resíduos, transportados para a cidade de Paulínia (SP).

De acordo com o secretário Rogério Vidal, o custo da PPP reduziria este valor para R\$ 1,2 milhão por mês. Vidal mostrou que o serviço equivale a R\$ 4,55 por habitante, por mês. Piracicaba tem 364.872 habitantes, e comparou que, em cidades como Cotia (SP), por exemplo, o custo, per capita, é bem maior, cerca de R\$ 6,55. "Tem gente que não quer um Aterro, algo bom pa-

ra a cidade, mas vamos lutar por isso", disse Vidal.

●PUXÃO DE ORELHAS. Apesar das considerações, o juiz da Justiça Federal, João Carlos Cabrelon de Oliveira, deixou claro que faltam detalhes importantes ao edital (veja nesta página).

A quarta edição do Fórum Gestão de Resíduos foi, talvez, a mais prestigiada de todas as outras versões.

Sem demérito, mas, além da presença maciça dos piracicabanos, magistrado, advogada, procuradora da República, outras autoridades, e experts, lotaram o anfiteatro. O lugar ficou pequeno para tanta gente. O 4º Fórum começou às 14 horas e terminou perto das 19 horas.

REFLEXÃO

'Vamos começar de novo'

A primeira palestra do 4º Fórum, ontem, foi proferida pelo juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Piracicaba, João Carlos Cabrelon de Oliveira, e, ao mesmo tempo, foi a que mais chamou a atenção entre os convidados do evento. Direto ao ponto, sem rodeios, o magistrado não poupou críticas ao formato do edital da PPP do Lixo e deu o seu veredicto:

"Vamos começar tudo de novo?", indagou, sugerindo a extinção da PPP, conforme ela foi sugerida. 'Vamos fazer um plano de gestão que tenha controle social e que a Prefeitura mobilize a sociedade e, só depois, elabore um edital, a partir da lei 12.305/2010, que rege a Política Nacional de Resíduos Sólidos?', questionou, novamente, o juiz, observado pela plateia, em silêncio. Se nada for feito para mudar, o edital corre o risco de não resistir às próximas duas décadas. Durante a palestra, que arrancou aplausos, João Carlos Cabrelon, listou alguns dos pontos segundo os quais, discorda. Um deles foi destacado: a falta de informação sobre o edital. "Com todo o respeito, digo que o controle social não é cumprido, e isso é grave", enfatizou.

NÚMERO

R\$ 2,2

milhões são pagos para a coleta e destinação de resíduos